



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

114
A

QUARTA CÂMARA CÍVEL

NPU 0000869-13.2009.8.17.0320

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0326837-3 – Vara Única de Bonito

Agravante: Banco Bradesco Financiamento S/A (Banco Finasa S/A)

Agravado: José Rufino da Rocha

Relator: Des. Tenório dos Santos

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, VI. EXTINÇÃO POR DO OBJETO. DECISÃO TERMINATIVA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O recorrente pleiteia, em síntese, a anulação da sentença e prequestionamento da matéria, aduzindo genericamente, no tocante as razões da reforma, que o acordo, celebrado entre as partes, deveria ser considerado para julgar o mérito da presente ação
2. A sentença de piso julgou extinto o feito por falta de objeto em virtude de celebração de acordo em autos apensos.
3. o acordo fora realizado em ação distinta desta, não havendo que se falar em julgamento de mérito da presente ação de busca e apreensão, mas, somente, em perda do objeto da mesma, pelo que a sentença de piso merece ser mantida. Precedentes.
4. No que tange ao fim de prequestionamento, destaco que quando a matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada é inviável a pretensão de prequestionamento.
5. Recurso de Agravo não provido.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

MS
M

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0326837-3, em que figura com agravante Banco Bradesco Financiamento S/A e como Agravado José Rufino da Rocha, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível deste Tribunal, por unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de agravo, na conformidade do relatório, do voto, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado.

Recife, 29/5/14.


Tenório dos Santos
Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

QUARTA CÂMARA CÍVEL

NPU 0000869-13.2009.8.17.0320

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0326837-3 – Vara Única de Bonito

Agravante: Banco Bradesco Financiamento S/A (Banco Finasa S/A)

Agravado: José Rufino da Rocha

Relator: Des. Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto em face da decisão terminativa proferida por esta Relatoria que, com fulcro no caput do art. 557, do CPC, negou seguimento ao recurso apelatório de fls. 70/80, mantendo a sentença recorrida que extinguiu a Ação de Busca e Apreensão, com base no art. 284 c/c art. 267, VI, ambos do CPC, proposta por **Banco Bradesco Financiamento S/A (Banco Finasa S/A)**.

Em suas razões, o agravante requer, em síntese, o prequestionamento da matéria, argumentando genericamente que o acordo deveria ser considerado para julgar o mérito da presente ação.

O recorrente aduz, ainda, a necessidade aproveitamento dos atos processuais e da obrigatoriedade de perseguir os fins sociais a que a lei se destina, sem, no entanto, argumentar especificamente as razões do pedido de reforma da decisão recorrida. Diante disso, requer o provimento do recurso, com anulação da sentença de piso.

Não houve contrarrazões ao recurso de apelação, frente à ausência de triangularização da relação processual.

É o relatório.

Recife

29/5/14.

Des. Tenório dos Santos
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

QUARTA CÂMARA CÍVEL

NPU 0000869-13.2009.8.17.0320

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0326837-3 – Vara Única de Bonito

Agravante: Banco Bradesco Financiamento S/A (Banco Finasa S/A)

Agravado: José Rufino da Rocha

Relator: Des. Tenório dos Santos

VOTO

Não exercido o juízo de retratação, coloco o presente recurso em mesa para julgamento, posto que tempestivo e preenchidos os requisitos legais.

Consoante a r. sentença, foi o feito julgado extinto, sem apreciação do mérito, com base no art. 267, VI do CPC, nos seguintes termos:

"Ab initio, cumpre salientar que há informação nos autos do feito em apenso que as partes celebraram acordo extrajudicial, inclusive tendo acostado cópia do pagamento integral do crédito pretendido pelo ora Requerente, tendo sido homologado por sentença o acordo. Dispõe o art. 267, inciso VI, que se extingue o processo sem resolução do mérito, quando não concorrer quaisquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual. In casu, percebe-se cristalinamente que o presente feito perdeu seu objeto, quando restou homologado acordo extrajudicial concernente ao objeto da presente lide, qual seja, o contrato de financiamento nº 3643373399, devidamente adimplido pelo ora requerido, consoante demonstrativo de pagamento integral do débito insito às fls., 76 dos autos em apenso. Sendo assim, respaldado no Art. 267, inciso VI, do CPC, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito. Sem custas. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I. Arquivem-se. Bonito, 29 de agosto de 2012. Valdelício Francisco da Silva. Juiz de Direito"

A sentença de piso julgou extinto o feito por falta de objeto em virtude de celebração de acordo em autos apensos. Nas razões do recurso de agravo a



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

instituição bancária apenas, de concreto, arguiu que o acordo referido na sentença deveria ser considerado para julgar o mérito da presente ação.

Ressalte-se que conforme informação apontada na sentença, confirmada de passagem nas razões do agravo, houve acordo entre as partes sobre o objeto da presente demanda, não havendo dúvida quanto a transação acerca do objeto da lide e consequente extinção do interesse processual na presente demanda.

Nesse trilhar, importa esclarecer que o acordo fora realizado em ação distinta desta, não havendo que se falar em julgamento de mérito da presente ação de busca e apreensão, mas, somente, em perda do objeto da mesma, pelo que a sentença de piso merece ser mantida, nesse sentido os julgados abaixo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DO BEM AO FINANCIADO, APREENDIDO EM SEDE DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONEXA. ACORDO HOMOLOGADO NO PRIMEIRO GRAU. EXTINÇÃO DAS AÇÕES. BAIXA DOS AUTOS. PERDA DO OBJETO. RECURSO PREJUDICADO. **Resta prejudicado o exame do agravo, por perda do objeto, considerando que houve acordo homologado no primeiro grau, extinguindo a Ação Revisional de Contrato e a Ação de Busca e Apreensão conexa.** Agravo de Instrumento prejudicado. (Agravo de Instrumento Nº 70043804558, Décima Terceira Câmara...

(TJ-RS - AG: 70043804558 RS , Relator: Lúcia de Castro Boller, Data de Julgamento: 03/10/2012, Décima Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 09/10/2012).

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO NA AÇÃO EXPROPRIATÓRIA. PERDA DE OBJETO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. UNIÃO. CABIMENTO. 1. **Extinção do processo sem resolução do mérito em face de acordo celebrado entre os particulares e o Incra nos autos de ação expropriatória.**

Insurgência contra a verba honorária fixada em favor da União. 2. A



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

renúncia expressa do expropriante e das expropriadas aos honorários advocatícios não alcança a União em ação conexa, porque não compôs o acordo celebrado pelo Incra, autarquia federal, em processo do qual não figurou como parte. 3. Agravo regimental não provido.

(STJ - AgRg no AgRg no REsp: 1001646 SC 2007/0251771-3, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 20/10/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/11/2011).

No que tange ao fim de prequestionamento, erigido a requisito de admissibilidade dos recursos dirigidos aos Tribunais Superiores, ressalto que é necessário apenas que a matéria versada nos autos tenha sido apreciada e decidida pelo julgador, não havendo qualquer exigência que a decisão agravada disserte ou faça referência expressa a dispositivos legais ou constitucionais invocados pelo recorrente, bastando que o Órgão Julgador tenha exposto de forma clara e coerente, a motivação que o conduziu ao resultado do julgamento.

Nesse diapasão, destaco que quando a matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada é inviável a pretensão de prequestionamento.

Nos autos é possível analisar a observância do devido processo legal, deste modo não há que se falar em julgamento precipitado, nem tão pouco na possibilidade de aproveitamento de atos processuais. Desta forma, acertada a decisão do Juiz a quo, a qual merece ser mantida.

Ante todo o exposto, não observo, no referido recurso, qualquer argumentação que venha ensejar modificação no posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, encontra-se em sintonia com o entendimento da jurisprudência dos Tribunais Pátrios.

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso.

É como voto.

Recife, 29/5/14.


Tenório dos Santos
Des. Relator